



ACÓRDÃO Nº817/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10785/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Barcelos - FAPEN
- 5- **Exercício:** 2014
- 6- **Responsável:** Jair de Souza Brito (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1202/2016, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Barcelos - FAPEN. Exercício de 2014.

Irregularidade. Multa. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em parcial consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Barcelos - FAPEN, sob a responsabilidade do Sr. Jair de Souza Brito, no curso do exercício de 2014, nos termos do art. 71, II da CF/88, art. 40, II, da CE/89, arts. 1º, II, 22, III, "b" da Lei nº 2.423/96 c/c art. 11, III "a" "3", e art. 188, § 1º, III "b" da Resolução nº 04/02-TCE;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Jair de Souza Brito no valor de R\$ 8.768,28 (oito mil setecentos e sessenta e oito reais e vinte oito centavos), que deve ser recolhida na esfera Estadual para os Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, nos termos dos arts. 1º, XXVI, 52 e 54, II, da Lei n. 2.423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c o art. 308, VI da Resolução n. 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), por ato praticado com grave infração à norma legal ou regumentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, referente aos itens 05 a 12 do Relatório-Voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.



ACÓRDÃO Nº817/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.3. Recomendar** ao Sr. Jair de Souza Brito ou o responsável atual do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Barcelos, para que sejam adotadas medidas cabíveis referente à cobrança e recolhimento de seus débitos junto aos Órgãos da Administração Pública de Barcelos, bem como, a implementação do Portal da Transparência nos moldes da legislação vigente.

11- Ata: 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 7 de Agosto de 2017

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral